



CAMINHOS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO CIDADÃ

*A formação para a
cidadania como uma
política pública nacional*



CAMINHOS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO CIDADÃ

*A formação para a
cidadania como uma
política pública nacional*



Rede Nacional de
EDUCAÇÃO
CIDADÃ



sobre a RedeNEC





A Rede Nacional de Educação Cidadã trabalha para tornar o Brasil um país mais democrático ao impulsionar o ecossistema de educação cidadã. Atuamos para conectar indivíduos, iniciativas e produtos de educação cidadã a fim de fortalecer sua atuação como uma comunidade, sempre pautados no **diálogo**, na **colaboração** e no **suprapartidarismo**. Trabalhamos com o ecossistema de educação cidadã para cultivar canais de comunicação e coordenação de dados sobre e para a educação cidadã, fomentar espaços para discutir e aprender sobre cidadania e democracia, e articular o papel da educação cidadã no fortalecimento democrático e desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Pensamos e agimos com o objetivo de realizar um Brasil plenamente democrático, com espaços plenos de participação e o exercício consciente da cidadania.

Com base na Constituição Brasileira de 1988, entendemos a educação cidadã como a iniciativa educacional que prepara os cidadãos para o exercício da cidadania e a participação em uma sociedade democrática. Esse ecossistema engloba todos os setores envolvidos na promoção da formação democrática, incluindo aqueles que implementam iniciativas de educação cidadã, realizam pesquisas nessa área, desenvolvem políticas públicas, metodologias ou estratégias de advocacy. A metáfora do “ecossistema” reflete nossa visão de respeito à diversidade e coexistência no campo da educação cidadã no Brasil, encompassando todos os setores.

ÍNDICE

	Carta Aberta da RedeNEC	10
	Resumo do Documento	12
1	Introdução	15
2	Recorte do problema: a promessa não-cumprida da democracia	23
	Pontos de Divergência na Educação Cidadã	25
	Educação cidadã: De Promessa Não-Cumprida a ferramenta para solução democrática	27
	Proposta: Co-Criando um Caminho para um Futuro Democrático	31
3	Visão de futuro: a universalização da educação para a cidadania no Brasil	35
	Diretrizes da Educação Cidadã	35
	Componentes da Educação Cidadã	36
4	Sociedade Civil organizada: a frente de inovação da Educação Cidadã	43
5	Poder Público: alcançando até o último cidadão	47
	Recomendações Estruturantes	47
	Medidas Recomendadas	48

6 Estratégias

Estratégia #1: Programa Nacional de fomento à Cultura Democrática	51
Estratégia #2: Educação Cidadã No Programa Nacional do Livro e Material Didático	54
Estratégia #3: Formação de Professores para a educação cidadã	57
Estratégia #4: Monitoramento e Avaliação de metas de formação cidadã	61

7 Conclusão

8 Anexos

Anexo I: Sobre o Conselho Consultivo Para a Educação Democrática (CCED)	67
Anexo II: Propostas do CCED	69
Anexo III: Recursos do terceiro setor	77

Carta Aberta da RedeNEC

A Rede Nacional de Educação Cidadã trabalha para tornar o Brasil um país mais democrático ao impulsionar o ecossistema de educação cidadã. Com base na Constituição Brasileira de 1988, entendemos a educação cidadã como a iniciativa educacional que prepara as pessoas para o exercício da cidadania e a participação em uma sociedade democrática.

O ecossistema inclui atores de todos os setores envolvidos na promoção da formação democrática, incluindo aqueles que implementam iniciativas de educação cidadã, realizam pesquisas nessa área, desenvolvem políticas públicas, metodologias ou estratégias de advocacy. A metáfora do “**ecossistema**” reflete nossa visão de respeito à diversidade demográfica, de pensamento e ideológica e a inclusão da coexistência no amplo campo da educação cidadã no Brasil, perpassando todos os setores.

A educação cidadã tem um papel essencial na formação e nutrição de uma cultura democrática. Fundamentada em valores de respeito à liberdade, autonomia e direitos humanos assim como no conhecimento do funcionamento de suas instituições, **a educação cidadã visa capacitar os cidadãos para tomar posse da política, influenciando-a de forma intencional e consistente no cotidiano**, além do período eleitoral e das instituições formais. O engajamento comunitário, o ativismo baseado em causas sociais, a participação no debate público e o monitoramento e cobrança de oficiais eleitos são apenas algumas das formas nas quais se manifesta a cultura

democrática de um país. No Brasil, vemos a necessidade urgente de cativar esta cultura para melhor tratar dos desafios públicos que enfrentamos como uma comunidade nacional em um contexto global.

Com este fim, neste documento consolidamos recomendações visando o fortalecimento da educação para a cidadania, oferecendo anos de expertise coletiva na promoção e renovação da educação cidadã. Este documento se orienta por tendências e oportunidades atuais, respondendo à urgência da crise democrática e a ascensão de governos extremistas em um contexto global de crescente violência e diálogo minguate. As propostas aqui consolidadas visam inspirar um conjunto de normas e iniciativas baseadas em valores democráticos para o Brasil que possam servir de exemplo para o país, para a América Latina e a comunidade global na renovação democrática.

Resumo do Documento

Inspirado na publicação “[*Our Common Purpose*](#)” (“Nosso Propósito Comum”), resultado de um projeto da Universidade de Harvard com a Academia Americana de Artes e Ciências para promover a renovação democrática, este documento detalha recomendações práticas para o fortalecimento, centralização e atualização da **educação cidadã como um pilar do fortalecimento democrático no Brasil**. Assim, a partir de discussões realizadas no primeiro Conselho Consultivo para a Educação Democrática no dia 23 de setembro de 2023, este documento consolida diretrizes da educação cidadã e recomendações práticas para o poder público, aproveitando a expertise existente no campo da educação para a cidadania.

Este documento visa consolidar uma base plural de recomendações e demandas para a universalização da educação cidadã no Brasil. As propostas e papéis recomendados neste documento foram co-construídos por uma coalizão de atores da sociedade civil organizada que atuam na promoção da educação cidadã. Coordenados pela Rede Nacional de Educação Cidadã, a consulta ao campo e recomendações consolidadas neste documento contaram com a expertise plural de atores da política brasileira a direitos humanos, experts da educação e educação política, representantes eleitos que atuam com a pauta, ativistas, atores governamentais responsáveis pela educação pública, e membros da sociedade civil com interesse na pauta (professores, estudantes universitários e partidários da educação cidadã).

Este documento consolida um primeiro olhar - um primeiro mapa de caminhos para o avanço da educação para a cidadania no Brasil, para o fortalecimento da cultura democrática em nosso país. Sintetiza-se aqui um índice de iniciativas, organizações e estratégias que podem apoiar a formação de cidadãos, em parceria com a educação formal. Como porta de entrada, esta publicação convida todos a conhecer melhor as organizações, projetos, leis e ativistas promovendo a educação para a cidadania no Brasil, e encontrarem caminhos para apoiar a causa em seu cotidiano.

A construção democrática como um processo*

1958

Pessoas com deficiência:
luta por direitos.

Direitos LGBT+:
avanços e recuos do combate ao mau uso dos recursos públicos.

Transparência e controle:
avanços e recuos do combate ao mau uso dos recursos públicos.

Saúde no Brasil:
a evolução das políticas e debate dos sistemas nas últimas três décadas.

*Gráfico baseado no projeto ["Linhas do Tempo"](#) (Fundação Fernando Henrique Cardoso), que captura a história social e política do Brasil entre 1985 e 2018 - ao longo de um inédito processo de redemocratização na história do Brasil, a partir da conquista e ampliação de direitos civis, sociais e políticos.



Introdução

A democracia brasileira é complexa, embora demonstre avanços desde a redemocratização. Embora goze de um governo representativo e um processo eleitoral mais sólido, ainda é avaliada como uma democracia falha por índices como The Economist Intelligent Unit. Um estudo do Instituto Sívris, que realiza pesquisas visando o fomento à participação cidadã, em colaboração com mais de 30 organizações e especialistas apresentou um diagnóstico da cultura democrática brasileira que relata os principais elementos que inibem e fortalecem a democracia no Brasil.

Primeiramente, a pesquisa do Instituto Sívís identificou a narrativa dominante do diagnóstico consistindo de três elementos que se retroalimentam: (1) “apropriação do espaço cívico”; (2) “os limites à consolidação da cidadania no Brasil”; e (3) “as múltiplas crises da democracia brasileira.” Assim, um dos desafios na democracia brasileira consiste na naturalização do espaço cívico como um lugar para o exercício de interesses particulares de grupos poderosos, o que enfraquece a eficácia de instituições democráticas. **Com isso, dificulta-se a prática cotidiana da cidadania no país, pois os cidadãos não se veem como parte ativa da sociedade. Assim, cidadãos se entendem como espectadores da vida política, aqueles a quem política acontece, e terceirizam suas responsabilidades, gerando uma desconexão entre o representante e o representado.** Esse desencontro cria um sentimento de desconfiança para com as instituições, quanto a sua capacidade de darem conta de desafios coletivos, especialmente em momentos de crise, reiterando os problemas estruturais do país.

Alguns dados ilustram essa situação fragilizada da cidadania e da democracia no Brasil, em comparação com países da América Latina e democracias mais consolidadas, como a Alemanha. A versão mais recente da pesquisa World Values Survey Association mostra que no Brasil apenas cerca de 40% dos cidadãos afirmam possuir bastante ou muito interesse por política. Ao olharmos países como a Alemanha, vemos que esta proporção chega a quase 80%. Assim, observamos que, mesmo em um cenário em que grande parte dos analistas e da mídia tem enfatizado nos últimos anos (sobretudo após as Jornadas de Junho de 2013) um aumento no engajamento político do cidadão brasileiro médio, os dados empíricos sugerem que o despertar político no Brasil está longe de ter ocorrido de maneira robusta.

Embora o crescimento no engajamento político seja bem-vindo, uma maior percepção da política não necessariamente resulta em uma maior apreciação e participação democrática. Tratando-se da importância dada a democracia pelos cidadãos, a proporção de brasileiros que afirma não fazer diferença ser governado por um regime democrático chegou a 40%, em 2018. Chile e Uruguai ocupam patamares inferiores, com 14% e 17% dos respondentes manifestando a sensação de indiferença, respectivamente, segundo dados mais recentes World Values Survey Association - menos da metade proporcional do indicador no Brasil. **Esta indiferença não significa que todas essas pessoas têm convicção ide-**

ológica oposta à democracia, mas indica uma falta de preocupação e interesse pelo tema.

O engajamento no tema se fere a partir da fragilidade das instituições democráticas. Por exemplo, somente 16,17% dos cidadãos confiam bastante ou muito no Congresso, de acordo a última onda do WVS. Essa porcentagem é um pouco maior no Chile, em que 21,94% dos cidadãos confiam muito. Em relação a confiança direcionada aos partidos políticos, esta é ainda menor, com somente 13,76% dos brasileiros alegando que confiam muito nos partidos.. Para fins de comparação, esse número é também um pouco maior no Chile, com 17,79%. Esses dados retratam a desconexão do brasileiro com seus representantes e a falta de confiança gerada por anos de descaso com o bem público.

Além da falta de confiança do cidadão comum em políticos, identifica-se também a falta de entendimento sobre assuntos políticos no país, em que somente 11,26% dos brasileiros concordam muito com a percepção de que entendem bem os assuntos políticos mais importantes do país (WVS). O dado no contexto brasileiro é um pouco inferior quando comparado aos dados do Chile e Uruguai, que possuem 12,25% e 16,65%, respectivamente. Refletindo um cenário de apatia política, em que uma parte considerável parte dos brasileiros se sentem muito desconectados com assuntos que dizem respeito ao interesse público.

Aliado ao problema de uma falta de conexão entre o representante e o representado, e a falta de interesse na política e na participação, há também a questão da polarização do debate político. Esse fenômeno está sendo vivenciado em muitos países, inclusive no Brasil, de acordo com o relatório de 2022 da Varietys Democracy (V-DEM). A polarização acontece em contextos nos quais o respeito por uma oposição legítima, pelo pluralismo e por contra-argumentos caem a níveis preocupantes (Alizada et al., 2022), enfraquecendo o debate público e o diálogo. Em um contexto de alta desinformação, a polarização traz efeitos preocupantes para a democracia, ao passo que **o diálogo e tolerância política diminuem e a radicalização dos discursos políticos ganham espaço**, afetando valores importantes da democracia, como a de liberdade de expressão. Em uma pesquisa realizada pelo Instituto Sívris em 2023, mais de 40% da população respondeu que, pelo menos às vezes, se não frequentemente ou sempre, deixou de expressar sua opinião em uma conversa sobre temas políticos por medo de como os outros poderiam reagir – seja em família, com amigos ou com colegas de trabalho.

(Clem e Kemer, 2023). Portanto, além da sua qualidade, a frequência e volume do diálogo são afetados pela polarização.

Os dados em relação a população brasileira indicam pontos necessitando de melhorias no engajamento cidadão; quando olha-se para população jovem é ainda mais preocupante, haja vista que os jovens são o presente e o futuro de nosso país. Embora movimentos estudantis sejam uma grande herança dos movimentos sociais no Brasil e uma força a ser reconhecida no debate público, a integração destes nas estruturas formais de governança do Brasil deixam a desejar, apontando uma oportunidade perdida em seu protagonismo. Atualmente, os dados indicam que:

- Não formamos nossos jovens em cidadania: 61,4% dos brasileiros julgam ser importante ensinar valores democráticos em casa, como tolerância e respeito (WVS);
- Pesquisa da *Luminate* com jovens revela que maioria dos entrevistados teve dificuldades para definir o que significam termos como democracia, Estado e Congresso;
- Em 2022, uma pesquisa do Instituto em Pesquisa e Consultoria (Ipec), da Fundação Tide Setúbal e da Avaaz entrevistou mais de mil jovens brasileiros de 16 a 34 anos para entender melhor suas percepções sobre questões políticas e sociais do país. Essa pesquisa apontou que:
 - a) 1 em cada 5 jovens, entre 16 e 34 anos, não compreende o conceito de democracia;
 - b) 92% não confiam ou confiam pouco nos partidos políticos;
 - c) 57% dos jovens deixam de debater política nas redes sociais por medo de serem cancelados.

Para mudar essa realidade, é necessário que os jovens brasileiros em idade escolar tenham acesso a uma educação cidadã de qualidade, entendida como o tipo de educação que estimula um desenvolvimento integral de competências, virtudes e hábitos de uma cultura democrática. Não formamos nossos jovens em cidadania, embora, 61,4% dos brasileiros julgam ser importante ensinar valores democráticos em casa, como tolerância e respeito (WVS). A cultura democrática é entendida aqui como um conjunto de práticas e valores que incentiva as pessoas a assumirem responsabilidade conjunta pelo bem comum,

com respeito à liberdade e à dignidade de cada indivíduo ([Sivis, 2021](#)). Tal cultura gera um ambiente fértil para a consolidação da democracia na sociedade brasileira, e seu desenvolvimento.

O momento de 2024

Assim, em 2024, um ano marcado por eleições municipais após uma eleição federal notavelmente polarizada, apresenta-se uma **oportunidade ímpar para operacionalizar a prioridade nacional da educação para a cidadania em todos os seus âmbitos**. Une-se a isso, o ensejo apresentado pela revisão do presente PNE, em vigência desde 2014, para a inclusão de metas que não apenas valorizam mas centralizam a formação democrática no processo educacional, influenciando currículos, a disponibilidade de materiais e infraestrutura, e as formações complementares de professores e gestores educacionais. A publicação dos resultados do Estudo Internacional de Educação Cívica e Cidadania (ICCS) engloba a avaliação da educação cidadã no Brasil com alunos do 8º e 9º ano acerca de temas específicos como sustentabilidade, envolvimento através de tecnologias digitais, diversidade, visão dos jovens sobre o sistema político, e cidadania global. Realizado no Brasil em 2022, o estudo oferece uma estrutura de parâmetros globais para o fortalecimento do uso de dados para guiar políticas públicas na promoção da educação cidadã. O estudo apresenta um marco significativo no contexto internacional como primeira implementação da pesquisa no Brasil, coletando dados inéditos para a avaliação da eficiência da educação cidadã no país e comparando resultados ao contexto global.

Aproveitando dessa conjuntura no contexto político e institucional brasileiro - do nível municipal ao global - o momento apresenta uma janela de oportunidade visceralmente propícia para o avanço da educação cidadã, não apenas como componente da educação brasileira, mas como alicerce formativo de uma cultura nacional. Investimentos no fortalecimento da educação cidadã são investimentos em uma sociedade que ouve, respeita, debate e constrói de forma conjunta. **Este documento visa compartilhar estratégias elaboradas a partir do extenso conhecimento e vivência prática da sociedade civil, para promover essas habilidades de forma sistematizada, inovadora e em escala nacional.**

Proposta do Documento

Precisamos ser estratégicos e intencionais no fomento de uma cultura democrática no Brasil; no que cabe à educação cidadã, e como esta é aplicada. Para este fim reunimos um grupo intersetorial para definir prioridades urgentes, recomendações e recursos para apoiar a renovação deste tema no contexto brasileiro. Neste documento, incluem-se **principais estratégias** imperativas, notando a **participação do poder público**, a percepção do **papel do terceiro setor** como catalisador de inovações e parceiro de desenvolvimento do governo, e **tendências** que todos devem atentar-se e abarcar em seu trabalho para promover uma cultura democrática. Ao fim do documento, em anexo, disponibiliza-se uma relação de recursos e entidades da sociedade civil para o fomento à educação cidadã.



**Recorte do
problema:
a promessa
não-cumprida
da democracia**

*Um cenário de crise
democrática:
no Brasil, na América
Latina e no mundo*

Recorte do problema: a promessa não-cumprida da democracia

1. Desigualdades sociais históricas, corrupção e insatisfação com o sistema político contribuíram para a polarização do debate público, levando a uma fragmentação da sociedade e dificultando o consenso.

- Acentuada divisão ideológica evidenciada por eventos como as manifestações de 2013 no Brasil, refletindo tensões sociais profundas e movimentos reativos ([Fonte: BBC, 2023](#)).
- Extremismo nas posições políticas, com crescente radicalização online e offline ([Fonte: Instituto Igarapé, 2022](#)).
- 78% dos brasileiros acreditam que a polarização política aumentou nos últimos anos ([Fonte: CNN, 2023](#)).
- Indicador Internacional: No relatório de 2023, o Brasil perdeu 2 pontos no Índice de Percepção da Corrupção e caiu 10 posições em percepção de integridade quando comparado a 2022, terminando na 104ª colocação entre os 180 países avaliados. ([Fonte: Transparência Internacional, 2023](#)).

2. Escândalos de corrupção, crises econômicas e falta de transparência contribuíram para um ceticismo generalizado em relação às instituições, minando a base de apoio à democracia.

- Crescente desconfiança nas instituições democráticas, ilustrada por pesquisas que indicam queda na confiança no governo ([Fonte: Datafolha, 2021](#) e [O Globo, 2023](#)).
- Indicador Internacional: O Brasil registrou sua pior pontuação no Índice de Democracia 2021 da The Economist ([Fonte: The Economist](#)).
- O Brasil enfrentou vários escândalos de corrupção que tiveram impacto significativo na política e na sociedade, agravados por inflamação midiática, elevando a descrença nas instituições políticas.
- Queda no Índice de Percepção da Corrupção em 2023 influência na redução da capacidade estatal de enfrentar e prevenir corrupção, além de aumentar os riscos de abuso de poder e de impunidade. ([Fonte: Transparência Internacional, 2023](#)).

3. A resposta descoordenada à pandemia, junto com as dificuldades econômicas resultantes, geraram desconfiança nas lideranças governamentais, amplificando o descontentamento.

- A crise de saúde global exacerbou as fragilidades econômicas e sociais, impactando negativamente na percepção da eficácia governamental no Brasil e no mundo. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que durante a primeira onda da doença, até junho de 2020, 716.372 empresas encerraram suas operações, sendo 99,8% delas de menor porte. ([IBGE, 2023](#)).
- Dificuldades na implementação de medidas de combate à pandemia por questões estruturais e políticas, gerando descontentamento popular (Fonte: [Jornal da USP, 2021](#)).
- Queda de 4,1% no PIB brasileiro em 2020 devido aos impactos da pandemia (Fonte: IBGE).
- Indicador Internacional: A América Latina registrou o apoio à democracia, de apenas 31,2% da população em 2023 (Fonte: [Latinobarómetro](#)).

4. A polarização, juntamente com a desilusão com líderes políticos e respostas institucionais à pandemia global do COVID-19, contribuíram para a desmotivação de eleitores e o aumento da apatia em relação ao processo eleitoral no Brasil.

- Eleitores brasileiros desmotivados devido ao cenário polarizado e falta de confiança nas opções políticas, conforme indicado por pesquisas de opinião (Fonte: [Datafolha, 2023](#)).

5. Descontentamento político e social levou a um aumento na mobilização da extrema-direita, não satisfeita com o governo eleito democraticamente em 2022. Isso resultou em atos antidemocráticos violentos e invasivos nas sedes físicas dos três poderes em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023.

- Fatores analisados que convergiram nos atos antidemocráticos foram: Utilização de fake news em massa em redes sociais, escala de desinformação,

avanço do populismo de direita, agravada polarização política, presença de grupos antidemocráticos em instituições como nas Forças Armadas e nos vários níveis de forças policiais. (Fonte: BCC, 2023).

6. Disputas judiciais acirradas, combinadas com a disseminação de fake news e desinformação, exacerbaram as divisões sociais e contribuíram para a degradação da confiança nas instituições.

- Aumento da pressão sobre o Supremo Tribunal Federal (STF), com conflitos intensificados devido a decisões controversas, para intervir além do papel constitucional explícito em defesa da democracia.
- Propagação de notícias falsas e desinformação potencializadas pelo ambiente digital com utilização de algoritmos de recomendação, impactando a percepção pública e exacerbando as divisões sociais (El País, 2018).
- Nas últimas 48 horas que antecederam o primeiro turno da eleição de 2022, registrou-se uma intensa movimentação em torno do disparo de notícias falsas. (Fonte: LeMonde Diplomatique, 2022).
- Indicador Internacional: A América Latina enfrenta desafios democráticos, com uma queda no apoio à democracia, com apenas 48% do continente preferindo a Democracia a qualquer outra forma de governo, e indícios de uma nova onda de recessão democrática, com ditaduras promovidas por civis eleitos ao invés de militares, no que alcunham “*electo-dictaduras civiles*” (Fonte: Latinobarómetro).

Pontos de Divergência na Educação Cidadã

No Brasil, a resistência à educação cidadã é variada, refletindo diversas perspectivas e motivações em relação à educação para a participação política. Essas resistências não são mutuamente exclusivas e frequentemente se sobrepõem. Superar esses desafios demanda diálogo, conscientização e colaboração para garantir que a educação forme cidadãos críticos e conscientes.

A convergência de interesses de variados grupos econômicos e ideológicos resultam em obstáculos à promoção da educação cidadã. Grupos com interesses políticos podem beneficiar-se uma população com menor acesso a educação

formal, formando eleitores desinformados e menos engajados em cobrar resultados, por isso ideologias autoritárias tem a educação cidadã como ameaça à conformidade e doutrinação ideológica. Grupos com valores e ideologias hegemônicas resistem a mudanças no sistema educacional, receosos da promoção de idéias contrárias aos seus valores. Além disso, interesses econômicos preocupam-se com o impacto sob práticas comerciais, desde a efetividade do marketing na população, até a capacidade de mobilização por acesso e qualidade de trabalho no Brasil.

A falta de consenso sobre conteúdos e metodologias, somada à descrença na efetividade da educação cidadã, perpetua a resistência. Governantes, por vezes, não priorizam essa abordagem devido a orçamentos limitados e falta de compreensão sobre sua importância, resultando em um desafio persistente no desenvolvimento social em todo o mundo. No Brasil, especificamente, buscamos entender os desafios neste processo a partir de atores na linha de frente da implementação da educação cidadã.

Desafios Mapeados Pelo Setor

A partir da consulta com o campo da educação cidadã, identificaram-se desafios-chave na sua implementação - em adição a resistência social à educação para a participação política. Destes, destacamos:

- Presença de um currículo oculto na rotina dos professores que inclui milhares de coisas além do currículo obrigatório e deve incluir educação cidadã de forma engajadora e propositiva para professores e gestores
- A falta de recursos (tempo, orientação, equipe e espaço) para implementação dos requerimentos adicionais propostos sobre professores em termos de demandas curriculares (por exemplo, o novo ensino médio)
- Baixo aproveitamento do potencial de inovação do terceiro setor no tema, por parte do sistema educacional formal, não fazendo uso de recursos testados e co-construídos no Brasil para o Brasil, de metodologias a parcerias de implementação.

A partir da discussão e reflexão conjunta entre atores do campo, consolidando experiências e perspectivas de pesquisadores, ativistas, professores e membros da sociedade civil organizada, determinamos que uma solução abrangente para estes desafios deve contemplar a seguinte proposta: O melhor aproveitamento do potencial de inovação do terceiro setor, combinando boas práticas com a capilaridade do primeiro setor, pode acelerar o acesso à educação cidadã de qualidade para todo o Brasil.

Educação cidadã: De Promessa Não-Cumprida a ferramenta para solução democrática

A educação cidadã, como instrumento para a capacitação do cidadão democrático, persiste como uma promessa constitucional não cumprida no Brasil. Sem os **conhecimentos, habilidades e atitudes** necessários para a plena participação formal e informal no contexto democrático, cidadãos Brasileiros são inadvertidamente excluídos da política em um país já marcado por desigualdades. Falhar na construção de uma cultura democrática nacional equaliza ao falhar com o desenvolvimento do Brasil e a promoção da dignidade e direito de acesso do Brasileiro. Esta lacuna na construção democrática do país contribui para a perpetuação de desigualdades:

- Excluindo vozes de espaços de tomada de decisão formal através da falta de representatividade nas instituições democráticas;
- Empobrecendo uma sociedade civil dividida e com potencial de incidência política pouco-aproveitado;
- Nutrindo a polarização e sensacionalismo em canais de informação, podendo mais facilmente mais facilmente alienar e desinformar o público geral;
- Desperdiçando oportunidades de promover a educação como ferramenta de transformação social e integração de comunidades ao eterno processo de aprendizado;
- Privando o mundo do potencial criativo e inovador do Brasileiro, que sem se conhecer como animal político e próprio líder democrático não reconhece seu protagonismo na comunidade global.

Este cenário indica uma **falta de compromisso comum com a democracia constitucional**, envolvendo todo o país - do estudante ao presidente da república - e demanda um esforço de construção cultural em nível nacional.

A educação para a cidadania promove transformações culturais através do alinhamento de valores democráticos, podendo ser implementada tanto na educação formal quanto na informal a fim de contextualizar a política no dia-a-dia em sociedade. Por exemplo, através da aplicação da Coleção em Miúdos (Box 1) pela Escola do Legislativo de Pouso Alegre (MG), observou-se um aumento no engajamento cidadão não apenas nos alunos - mas também nas comunidades destes. Após a aplicação do texto Lei Maria da Penha em Miúdos em escolas públicas da região, viu-se um aumento nas denúncias de violência doméstica na cidade, inferindo-se um melhor entendimento não apenas das leis, mas dos direitos das pessoas na comunidade e dos instrumentos para assegurá-los. Em outras palavras, a educação cidadã tem o potencial de informar as pessoas quanto a política formal e institucional no Brasil - aquilo que ocorre nos gabinetes, tribunais e câmaras legislativas - mas também os serviços e instrumentos disponíveis para assegurar sua dignidade e a de suas comunidades.

BOX 1: APLICAÇÃO DA COLEÇÃO EM MIÚDOS EM POUSO ALEGRE - MG

Na Escola do Legislativo de Pouso Alegre, trabalha-se o conteúdo da Coleção em Miúdos através de variadas dinâmicas. O trabalho é feito desde 2017, e nota-se um aumento significativo no entendimento não só sobre legislação brasileira, mas, especialmente quanto ao sentido de pertencimento das crianças e adolescentes, identificando-se como cidadãos brasileiros e se sentindo também corresponsáveis pela construção de uma sociedade mais democrática e participativa.

A Coleção em Miúdos, nascida e aplicada de forma pioneira em Pouso Alegre, é hoje estudada em 626 cidades brasileiras. Apresentado na ONU em 2023, a coleção é publicada e distribuída para todo Brasil pela Gráfica do Senado Federal, numa parceria entre a Câmara de Pouso Alegre, ABEL e Senado. O estudo da Constituição Federal por meio da Constituição em Miúdos, criada na Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Pouso Alegre, está cada vez mais difundido - veja anexo para alguns exemplos da aplicação da coleção.

Em outras palavras, **a educação cidadã transforma a relação entre cidadãos e suas realidades**, além da participação formal e compulsória em eleições. Esta reproduz e formaliza as regras de convívio e expectativas de empatia e colaboração envolvidos no convívio em sociedade - na co-construção de instituições formais e de hábitos informais em nossas comunidades. Se fazendo verdade no mundo todo (Box 2) a educação cidadã forma hábitos de convívio em sociedade no nosso cotidiano. A construção de uma cultura democrática - do exercício cotidiano de valores democráticos - começa com a educação para a cidadania; uma educação para a colaboração, o diálogo, a troca de idéias, a participação política e a liderança comunitária.

BOX 2: Cultura Democrática vs. Controle Legal com diplomatas em Nova Iorque (“Cultures of Corruption: Evidence from Diplomatic Parking Tickets”)

Esta publicação da National Bureau of Economic Research nos EUA nota uma baixa compreensão da importância da implementação legal em comparação a normas culturais no controle da corrupção. Para tentar separar estas duas variáveis, os pesquisadores aproveitaram de um exemplo natural: milhares de diplomatas de 146 países concentrados na cidade de Nova York, nos EUA, entre 1997 e 2002. Neste contexto, munidos de imunidade diplomática, os diplomatas praticamente não eram sujeitos a controle legal, inclusive violações de regras de estacionamento; assim, os pesquisadores puderam examinar o papel das normas culturais dos diferentes países de origem na conduta dos diplomatas de forma isolada. O resultado foi uma medida de preferência da corrupção de funcionários do governo com base no seu comportamento no mundo real. Entre os diplomatas, foi encontrada uma forte persistência nas normas de corrupção: diplomatas de países com alta corrupção demonstraram mais violações de estacionamento. O ranking olhava para o número de multas atribuídas aos delegados de cada país, e quantos delegados de cada país estavam presentes na cidade naquele período; assim, os países foram ordenados em ordem decrescente por multas recebidas por delegado. Dentre os 146 países, o país mais multado foi o Kuwait, com 246.2 multas por diplomata, e o menos multado foi a Turquia, com zero multas por diplomata. **O Brasil posicionou-se em 29 lugar de 146, com quase 30 multas por diplomata, superando todos os países da América Latina no ranking.** A Suécia e a Alemanha, com conhecidos programas de educação cidadã e fomento à cultura democrática integrados em programas governamentais, posicionaram-se em 145 e 116, respectivamente.

Proposta: Co-Criando um Caminho para um Futuro Democrático

A educação para a cidadania acontece no dia-a-dia, ao longo de todas as nossas vidas; **uma base forte no ensino básico garante a capacidade de cada Brasileiro de co-construir a política no dia-a-dia do país.** Em conversa com diversos protagonistas na transformação desse cenário, buscou-se propor estratégias e soluções para potencializar o papel transformador da educação para a cidadania na construção de uma comunidade democrática, equipando o Brasileiro para reconstruir a confiança em seus compatriotas, suas instituições democráticas, e seu poder de influenciá-las. Este documento ilustra os primeiros passos, os pilares formativos, para apoiar este processo de co-construção cultural a partir da educação formal.

Teoria de mudança CCED

Caminhos para universalização da educação



PROBLEMA

Falta de coordenação de um setor organizado de educação cidadã. Uma promessa constitucional não cumprida. Resulta em um gap na construção democrática do Brasil e perpetua desigualdades.



INSUMOS E ATIVIDADES

Criação de momentos de debate e construção conjunta com a sociedade civil de forma virtual e online para a formulação de propostas de fortalecimento de políticas públicas para Educação Política.



PRODUTOS

Um documento com propostas concretas analisando os desafios e canal de implementação de diferentes aspectos da Educação Política ao que tange a prática e a fundamentação de sua importância.



RESULTADOS IMEDIATOS

Consolidação pioneira da expertise do terceiro setor para informar soluções práticas para o avanço da pauta em nível nacional. Alinhamento do setor quanto aos desafios e soluções imaginados. Fundação de um fórum comum (CCED) para debate e promoção da educação cidadã em nível nacional.



IMPACTO

Fortalecimento de políticas públicas promovendo a educação cidadã consagradas em lei, implementadas e monitoradas em nível nacional, através da simbiose entre o governo e a sociedade civil organizada, culminando em maior acesso a Educação Política no Brasil.



Maior acesso à **Educação Política** no Brasil, leva a uma **democracia** mais **estável**, **inclusiva** e **sustentável**.

**Visão do Futuro: a
universalização da educação
para a cidadania no Brasil**

Visão de futuro: a universalização da educação para a cidadania no Brasil

A condição atual da democracia Brasileira pode ser complexa - mas não imutável. O CCED surgiu, em seu perfil consultivo, com o propósito de transformar essa realidade, conectando a expertise da sociedade civil ao contexto escolar para potencializar a formação e participação cívica. Assim, este relatório tem como objetivo consolidar recomendações para o fortalecimento da educação cidadã no Brasil - um pilar fundamental para a (re-)construção de uma cultura democrática nacional e o subsequente fortalecimento de instituições e processos políticos no país. Na reta final da Agenda 2030, o fortalecimento das instituições democráticas se mostra cada vez mais urgente, sendo estas essenciais para a sustentabilidade de iniciativas que visam contribuir para o protagonismo Brasileiro no desenvolvimento sustentável.

A educação cidadã que este cenário demanda vai além do processo eleitoral e atualidades. Em termos simples, **a educação cidadã deve contemplar déficits democráticos em meios formais, como processos e instituições¹**, e informais, que englobam práticas menos prescritivas alinhadas a ética e convivência democrática (engajamento comunitário, participação cotidiana em debates e decisões públicas, contribuições para o bem comum), construindo assim uma autogovernança da sociedade Brasileira. É a opinião deste conselho que o cultivo de valores e uma cultura democrática² são essenciais para a resolução destes desafios, **complementando e fortalecendo reformas em andamento em instituições políticas, impulsionando iniciativas da sociedade civil em seu papel de inovação e conexão entre o setor público e a sociedade.**

1

Por exemplo: eleições, candidaturas, campanhas, proposta de lei cidadã

2

Por exemplo: engajamento comunitário, participação cotidiana em debates e decisões públicas, contribuições para o bem comum.

Diretrizes da Educação Cidadã

Discussões com o campo da educação para a cidadania salientaram **três camadas de conhecimento** na Educação Cidadã, com o propósito de promover uma formação democrática holística e incremental. O objetivo central da jornada progressiva é preparar os estudantes para o pleno exercício da cidadania, em adição a incentivá-los a ingressar e participar

ativamente no mercado de trabalho.

As três camadas de conhecimento são:

- a. Valores Democráticos: **Enfatizando a valorização da vida e o mundo que habitamos, da dignidade humana e do conhecimento**
- b. Prática Cotidiana: **Abordando o convívio em sociedade, e a prática de valores democráticos na convivência no contexto diverso do Brasil**
- c. Instituições Formais: **Conhecendo os valores democráticos, virtudes cívicas e as instituições democráticas**

Estes níveis de promoção da educação para a democracia são concebidos como adaptáveis aos diferentes estágios de formação do sistema educacional brasileiro. Os valores fundamentais da educação cidadã, fundamentados no respeito à diversidade e aos direitos humanos, alinham-se à formação inicial na infância. A formação que visa contextualizar o indivíduo humano no convívio social se integra à educação no ensino fundamental, apresentando uma contextualização ampla e global de conteúdos sociais e científicos. O ensino sobre o funcionamento do estado democrático de direito e o cultivo diário da cultura democrática estão alinhados ao ensino médio, onde os valores de respeito, diálogo e colaboração são contextualizados no exercício cotidiano da cidadania no contexto socioeconômico e político atual. Já no ensino superior, esses aprendizados podem ser aplicados nas áreas específicas e profissionais dos estudantes universitários, por meio de projetos de extensão e pesquisas orientadas para contribuir na resolução de problemas públicos e no bem comum da sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, em uma abordagem de crescente profundidade e respeitando o desenvolvimento dos estudantes, todos esses temas podem ser trabalhados ao longo de todas as etapas de ensino.

Componentes da Educação Cidadã

Princípio: Educação para valores democráticos

Priorizar a aplicação do que já existe no currículo, criando flexibilidade para a territorialização e humanização do ensino. Também entendemos que a educa-

ção cidadã depende de canais de difusão dentro e fora da sala de aula - formais e informais:

- Como **espaços informais** temos espaços de educação viabilizados por atores como organizações da sociedade civil e espaços comunitários
- **Espaços formais**, por outro lado, existem em alinhamento com a estrutura da escola, incluindo conselhos de pais e professores, conselhos comunitários e grêmios estudantis
- Complementarmente, estas duas esferas inovam e sistematizam estratégias e prioridades educacionais para todo o Brasil.

Valorização da Vida e da Dignidade Humana

- **A educação básica** voltada para **construção do pertencimento e a construção do eu** tem como objetivo final a **sensibilização** e a **ampliação do acesso direitos e deveres do cidadão**
- **Autoconhecimento:** conectar a si mesmo para conectar-se então com o outro, em um aprendizado voltado ao desenvolvimento do respeito, da empatia e da inclusão
- **Promoção de um senso de coletividade**, contextualizando questões de impacto global como a sustentabilidade, a emergência climática adversa e o combate a injustiça e desigualdades estruturais
- **Ética Intergeracional:** contextualização das necessidades de gerações futuras e reconhecimento de conhecimentos e perspectivas de gerações diferentes (inclusive dos estudantes)
- **Diferenciação da equidade frente a meritocracia** como perspectivas relacionadas ao exercício da empatia, voltado para a avaliação do contexto a partir de fatos e da realidade comum do território, e não de experiências individuais
- **Tranversalizar** a formação educacional com o intuito de fomento de pensamento crítico e emancipação da classe mais vulnerável

Convívio Social: Escola cidadã e a Democracia Escolar

Pilares culturais da Democracia Escolar: configura o exercício prático e cotidiano do convívio em sociedade, viabilizando a construção e prática de habilidades socioemocionais

Fomento da Democracia Escolar através da formação de gestores e professores como responsáveis pelo ensino e prática da cultura democrática no ambiente escolar, permite sustentabilidade à cultura e a práticas pedagógicas, por exemplo a construção de projetos políticos pedagógicos, centradas na educação para a cidadania.

- Nota-se que embora professores possam ser transferidos entre escolas com frequência, gestores têm menor mobilidade e estão melhor qualificados para assumir o papel de guardiões na Liderança Educacional para uma Cidadania Democrática ([Instituto Unibanco](#))
- Liderar a gestão democrática na escola está entre as competências específicas do diretor, segundo a Base Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar

O professor deve receber a capacitação e o acompanhamento para atuar como:

- **Guardião da ética suprapartidária na sala de aula**, legitimando o seu papel como **facilitador imparcial do diálogo e debate construtivo**. Este papel e informações pertinentes devem ser trabalhadas no turno regular dos professores com a oportunidade de compensação adicional por treinamentos adicionais, ou outros incentivos para a formação de extensão de professores
- **Professor deve ser auto-reconhecer como educador cidadão** e receber formação para continuada para prepará-lo e empoderá-lo na criação e fomento da cultura democrática no ambiente escolar

Estimular a rede de ensino a criar projetos políticos pedagógicos com o corpo estudantil e a comunidade escolar, através da escuta ativa, contribuição e participação social, o pertencimento e a participação democrática da comunidade na escola

Pilares metodológicos da educação cidadã:

I. Adaptabilidade

- a. **Aplicação de tecnologias** existentes no contexto escolar
- b. Incorporação da **regionalidade** educacional
- c. **Metodologias ativas** fazendo uso do exercício dos direitos como um primeiro contato e gamificação para explorar a dinâmica de convívio em sociedade
- d. **Transversalidade** no ensino dos valores de Cultura democrática Através da interdisciplinaridade

II. Protagonismo estudantil

- a. **Pluralidade** de perspectivas e opiniões
- b. **Celebração da diversidade** agregada pela individualidade única dos estudantes
- c. **Criticidade** como um valor central da Educação cidadã, que ensinam além da análise crítica o processo lógico investigativo de avaliar a qualidade de um argumento e desejar embasamento (por exemplo, através da revisão por pares)

III. Territorialidade

- a. **Pensar na cidade como uma Cidade Educadora**, investindo na disponibilidade de espaços públicos (parques, praças, prédios públicos, instituições acessíveis) como espaços públicos diversos viabilizando a convivência pública e cidadania coletiva
 - **Envolvimento dos pais e da comunidade** no ensino
 - **Colaboração ativa e frequente com a sociedade civil**, aproveitando de seus saberes e metodologias em sua diversidade e complementariedade para amplificação de seu alcance

- **Setor público com postura de liderança** na promoção da educação para cidadania, no fomento a escuta e implementação de iniciativa dos outros setores
- b. **Educação fomentada em vivências:** Aplicação prática e conexão do conteúdo escolar com a vida cotidiana
- c. **Enaltecer o saber popular e o conteúdo educacional** para metodologias de ensino, construindo uma cultura na qual propostas educacionais devem vir de baixo para cima (a partir de professores e dos próprios estudantes, por exemplo) e combatendo todas as formas de discriminação a fim de reduzir desigualdades e preconceitos estruturais
 - A democracia escolar é exercida em um **contexto territorial e global**, no qual os desafios enfrentados pela sociedade são também comunicados e trabalhados de forma didática no ambiente escolar, por exemplo as questões de diversidade, meio ambiente, funcionamento e proteção do Estado democrático e o exercício do debate público
 - Conhecimento referente ao estado democrático de direito deve ser **fundamentado na valorização da dignidade humana e na cultura de convívio em sociedade**, a fim de viabilizar uma participação política plena em canais formais de cidadania

Pontos de Atenção!

- O foco da Educação Cidadã formal, que é quase exclusiva no público jovem nas escolas, deixa amplos espaços de exploração para atender outros públicos, como por exemplo estudantes na educação de pessoas (EJA) e Educação Especial, que perpassa todos os níveis da Educação Básica e tem o potencial transformativo de alcançar pessoas que não tiveram acesso à educação na escola convencional
- **Expandir e formalizar a Educação Cidadã:** e para a grade curricular universitária e de ensino superior têm um papel social de transformar as formas de ver, compreender e produzir para além da realidade pre-

sente, devendo contemplar visões alternativas e projetando inovações para preparar estudantes, profissionais, acadêmicos, ou técnicos para desafios futuros

- Existe a urgência de discutir a implementação na educação cidadã inclusiva, tratando-se da modalidade de educação escolar oferecida para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. O atendimento de cada aluno é exclusivo e específico, variando de acordo com suas condições, gerando questões quanto a acessibilidade dos materiais didáticos e metodologias disponíveis. A Lei nº 13.146 da LDB fala da inclusão de pessoas com deficiência, contudo, precisamos prezar por uma educação equânime quanto aos direitos cívicos de grupos minorizados
- Temas curriculares - a partir de consultas com o setor, esses temas foram trazidos como lacunas em aprendizado quanto a educação cidadã no tocante de serem matérias transversais e necessárias para a convivência no século XXI, era da informação
 - a. *Introdução ao estado democrático de Direito*
 - b. *letramento midiático*
 - c. *letramento digital*
 - d. *avaliação da qualidade dos serviços públicos*
 - e. *coleta e uso de dados sobre políticas públicas em sala de aula*
 - f. *educação financeira*



Sociedade Civil Organizada: A frente de Inovação da Educação Cidadã

Sociedade Civil organizada: a frente de inovação da Educação Cidadã

Com anos de expertise e atuação direcionada, a sociedade civil organizada re-tém a versatilidade, proximidade com a comunidade, e comprometimento com causas socioambientais para atuar como pilares de inovação em suas pautas. Na causa da educação cidadã, isto se mostra na qualidade e persistência da pesquisa, na criação e reinvenção de metodologias de ensino, na busca por parcerias para implementação, na ambição para alcançar e capacitar novos públicos, e na criatividade para desenvolver materiais didáticos, abordagens e trilhas de aprendizado de forma atraente e acessível. Este trabalho é conduzido, hoje, de forma altamente segmentada - com entidades frequentemente focadas em uma estratégia de atuação. Este trabalho, porém, se apresenta como um recurso valioso para o fortalecimento de políticas públicas e a educação formal no Brasil, podendo apoiar gestores, professores, estudantes, e servidores públicos envolvidos na educação formal básica. A partir deste entendimento, atores do terceiro setor apoiando a educação cidadã podem ocupar uma posição de apoio a políticas públicas.

As diretrizes abaixo esboçam as diferentes responsabilidades e expectativas que podem ser atribuídas a atuação destes atores:

1. **LIDERANÇA NA EXPERIMENTAÇÃO E INOVAÇÃO** nas práticas de educação cidadã com atenção a metodologias ativas com multi-decodificação
2. **ARTICULAÇÃO DE PARCERIAS:** fortalecer articulação dos entes federativos através da colaboração e troca de inteligência. Por exemplo:
 - **Facilitar processos de diálogo** envolvendo diferentes corpos de gestão educativa de todos os setores (MEC, secretarias da educação, escolas, conselhos e outros corpos e atores envolvidos na construção de diretrizes educacionais)
 - **Advocacy:** Aproveitar das oportunidades em anos eleitorais para firmar compromissos com educação cidadã por parte de candidatos a cargos eletivos

3. BOAS PRÁTICAS:

- **Avaliar** a eficiência de práticas e consolidar relatórios e documentos para compartilhamento de boas práticas tornando metodologias e materiais didáticos recursos educacionais abertos para aproveitamento por todos os setores
- **Compartilhar** metodologias ativas no formato de lições aprendidas e práticas sistematizadas
- **Coleta e consolidação** de conhecimento e experiências na implementação de educação cidadã (gestão de conhecimento)
- **Contribuir para um manual de orientação** para a implementação de educação cidadã, consolidando recursos, possíveis parceiros, e recomendações estratégicas para implementação de programas de educação cidadã no contexto educacional; **o guia de implementação** poderia reconhecer práticas já desenvolvidas no ambiente escolar, e pode ser produzido em parceria com entidades governamentais no nível regional, estadual ou federal tornando-se uma metodologia prática disponível para todo o país

4. PROMOÇÃO DA PAUTA E APOIO TÉCNICO para secretarias de educação e escolas por todo o país

5. INCIDIR SOBRE MÉTRICAS nacionais de acompanhamento da educação Cidadã, incluindo:

- **Recomendação de indicadores** macro e micro de acompanhamento da educação cidadã para inserção no plano nacional de educação, tirando proveito de indicadores e bases de dados já existentes incluindo o ICCS e outros indicadores de monitoramento de educação

- **Estabelecer indicadores** para captar **experiências e métricas de impacto de organizações do terceiro setor** para complementar métricas de acompanhamento de educação cidadã no ambiente escolar
 - **Liderar e colaborar** no levantamento de indicadores na pauta, como faz em vários outros temas ligados à educação.
6. **PROMOVER A ADOÇÃO** de Leis Municipais e Estaduais promovendo a educação cidadã na educação formal
 7. **COMPOR E APOIAR REDES ESTADUAIS** de educação cidadã, alinhados à agenda nacional do ecossistema de educação cidadã.

**Poder Público:
Alcançando até
o último Cidadão**

Poder Público: alcançando até o último cidadão

A capilaridade do poder público é ímpar no contexto brasileiro. Assim, espera-se uma postura de liderança na pauta da educação cidadã: **promovendo-a, enaltecendo o diálogo** e o **respeito** através de comunicação transparente, buscando diagnósticos regulares de escolas, e acompanhando a implementação da democracia escolar como uma cultura nacional de educação para a cidadania. Estas responsabilidades visam manter a qualidade e relevância de um debate nacional acerca do desenvolvimento de uma cultura democrática, e a intencionalidade neste processo - dedicação de tempo, recursos, abertura para colaboração e a comunicação transparente deste processo, assim como sua priorização nos vários canais de educação e política no país. **Aproveitando do potencial de inovação do terceiro setor, e a capilaridade e consistência dos vários níveis de governo, uma relação colaborativa e simbiótica entre os setores inevitavelmente resultaria no fortalecimento da educação para a cidadania.**

Recomendações Estruturantes

1. **Realizar um levantamento identificando até que ponto as atuais previsões legais promovendo a implementação da educação cidadã estão sendo implementadas no território nacional nos diferentes níveis de governo**
 - Mapear boas práticas identificando escolas que já implementam iniciativa de educação cidadã e aquelas mais vulneráveis que precisam de apoio prioritário
2. **A partir do mapeamento: complementar Indicadores nacionais de monitoramento da Educação Cidadã com metas baseadas em dados atuais e clareza no processo de monitoramento**
 - Desenvolver grupos de trabalho para elaboração de indicadores interseccionais, nos níveis federal, estadual e municipal, que reflitam o impacto das ONGs de terceiro setor de educação cidadã assim como a implementação prática em escolas podendo coletar dados diretamente de instituições

do terceiro setor a fim de complementar a visão holística da causa. Devendo também criar indicadores intermediários para monitorar metas de implementação em secretarias de educação e escolas.

- Alinhada à **Escola Democrática**, implementar também indicadores de prática de gestão democrática nas escolas.
- Incluir **representantes da sociedade civil** em municípios avaliados
- **Incorporar avaliações** sobre a educação cidadã no saeb, ENADE (que avalia a efetividade, transparência e alinhamento normativo) e outros exames nacionais que monitoram a educação pública no Brasil. Refletir sobre o que estes exames perguntam, e o que busca-se esclarecer e identificar com estas avaliações
- Utilizar indicadores para recomendar políticas de educação cidadã para melhorar o serviço educacional para todos os níveis de governo.

Medidas Recomendadas

- Criação de bolsas para pesquisas temáticas e projetos de extensão no nível escolar
- Criação de editais abertos para o fomento da educação Cidadã pelo terceiro setor e escolas
- Secretarias podem e devem buscar parcerias com o terceiro setor; identificando as competências do MEC e dos Estados na implementação de políticas públicas visando a formação dos Professores e gestores, aproveitar de iniciativas coletivos e organizações da sociedade civil que trabalham com o desenvolvimento de competências de educação cidadã para fornecer a formação continuada de professores e gestores de escolas
- Aproveitamento de recursos educacionais abertos criados e testados pela sociedade civil organizada, por exemplo Bê-a-bá, Politize!, Coleção

em Miúdos, e escalonamento para dispersar os recursos por todo o Brasil, em complemento aos recursos já disponibilizados

- Em parceria com as secretarias estaduais de ensino e o Consed, estimular trilhas formativas que abordem a educação para a cidadania no Novo Ensino Médio, por exemplo, estimular a abordagem desses assuntos no horário destinado à matéria Projeto de Vida
- Edição de portaria que preveja a possibilidade de escolas colaborarem e construir projetos em conjunto com as Escolas do Legislativo, que, via de regra, possuem orçamento para investir em atividades de educação cidadã, mas têm encontrado dificuldades pela insegurança jurídica e receio de envolvimento pelo corpo de gestão escolar

Estratégias Propostas

Estratégia #1: Programa Nacional de fomento à Cultura Democrática

Criar um Programa Nacional de Fomento a Cultura Democrática multisetorial e interministerial com um conselho consultivo permanente para monitorar e avaliar o progresso da educação cidadã. Fundamentado na universalização da educação cidadã, o programa deve visar o fortalecimento da cultura democrática, a revisão e proposta de reformas estruturais às instituições democráticas visando real representatividade, e integração de inovações e expertise da sociedade civil organizada nestes processos.

Programa Nacional de fomento a Cultura Democrática

O governo federal deve criar um Programa Nacional de Fomento à Cultura Democrática multisetorial e interministerial com um conselho consultivo permanente para monitorar e avaliar o progresso da educação cidadã. Fundamentado na universalização da educação cidadã, o programa deve visar o fortalecimento da cultura democrática, a revisão e proposta de reformas estruturais às instituições democráticas visando real representatividade, e integração de inovações e expertise da sociedade civil organizada nestes processos.

Configuração da governança:

- *Presidido pelo MEC*
- *01 membro do Ministério dos Direitos Humanos*
- *01 membro do Ministério dos Povos Originários*
- *01 membro do Ministério da Igualdade Racial*
- *01 membro do Conselho Nacional do Ministério Público;*
- *01 membro da Comissão de Defesa da Democracia do Senado Federal;*
- *01 representante da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas;*
- *01 representante das Escolas do Judiciário, nomeado pelo presidente do Conselho Nacional de Justiça;*

- *Membros da sociedade civil organizada em quantidade equivalente ao número de representantes do governo, selecionadas por um edital para um mandato de dois anos, não podendo servir mandatos consecutivos.*
- **Governo Federal:** Assumir publicamente o compromisso com a estruturação de um programa nacional de fomento a cultura democrática, com a educação cidadã como um alicerce estratégico central.
 1. **Estabelecimento de uma meta no PNE** dedicada à “formação para a cidadania”:
 - Inclusão de 3-4 indicadores específicos dedicados a mensuração da educação cidadã voltados para as prioridades estabelecidas neste documento;
 - Desenvolvidos em colaboração com experts de pesquisa no campo.
 2. **Identificar atores-chave** no processo de implementação da renovação da formação cidadã: alinhar narrativas, capitalizar na expertise e colaborar com projetos
 - Organizações da Sociedade Civil
 - Escolas do Legislativo
 - Escolas do Judiciário
 - Associações de Pais e Professores
 3. **Coordenar e desburocratizar** espaços de atuação e colaboração pública:
 - Com entes federativos
 - Efetivar o compartilhamento de boas práticas entre unidades federativas/municipais de educação cidadã
 - Ex: CONSED
 - Com a sociedade civil organizada
 - Adotar a sociedade civil como integrante permanente e parceira potencializadora de processos de construção da educação cidadã

- Ex: Participação da sociedade no Fundeb através de conselhos (Podem existir conselhos municipais para fiscalizar o tema, ou até um espaço temático dentro dos próprios conselhos de educação)
- Fortalecer instituições de participação popular no ensino formal
 - Ex: Associação de pais e mestres
 - Ex: conselhos de fiscalização de políticas públicas
- **Proposta da Rede:** a Rede Nacional de Educação Cidadã pode atuar como articuladora de pontes para a formação de GTs e comitês

4. Alocar recursos orçamentários para uma estratégia consistente de fomento a educação cidadã no Brasil

- **Proposta de Rede:** Edital para Programas de Educação Cidadã (apoio a pilotos escolares e inovação no terceiro setor)

Estratégia #2: Educação Cidadã No Programa Nacional do Livro e Material Didático

Mapear e proliferar o acesso a materiais didáticos (físicos e digitais) contemplando a formação cidadã para que os professores se sintam mais seguros e equipados para trabalharem a pauta, principalmente na educação básica.

DECRETO Nº 9.099, DE 18 DE JULHO DE 2017

Art. 24. O Ministério da Educação poderá criar iniciativas suplementares para avaliar e disponibilizar materiais didáticos, a serem disciplinadas em ato do Ministro de Estado da Educação, destinados a etapas e modalidades, objetivos ou públicos específicos da educação básica, com ciclos próprios ou edições independentes.

Programa Nacional do Livro e Material Didático: Centralizar Educação Cidadã

Mapear e proliferar o acesso a materiais didáticos (físicos e digitais) contemplando a formação cidadã para que os professores se sintam mais seguros e equipados para trabalharem a pauta, principalmente na educação básica.

1. **Incluir materiais didáticos de educação cidadã** nas diferentes etapas e séries de ensino
2. **MEC:** Realizar um mapeamento de boas práticas, categorizada por capacidades cultivadas e etapa educacional apropriada para implementação
3. **Incluir** em um repositório acessível, metodologias e materiais didáticos para formação cidadã:
 - Teóricos (em sala)
 - Teoria Política
 - Aplicação de conteúdo teórico através de assuntos cotidianos e atualidades
 - Coleção em Miúdos

- Rodas de conversa
 - Análise e debates sobre reportagens e livros atuais
 - **Extraclasse na Escola**
 - Grêmios estudantis
 - Simulações
 - Auditorias Cívicas
 - Trabalhos Colaborativos de Autoria (TCA)
 - Proposta de Rede: criar programa de oferta de bolsas de incentivo voltadas para docentes do ensino médio (CNPQ)
 - Gincanas (e.g. Gincana do Saber)
 - **Extraclasse fora da Escola**
 - Vereador Mirim
 - Conexão com Universidades: estimular o diálogo intergeracional
 - Embaixador Politize!
 - Visitas a instituições políticas (e.g. ABEL)
 - Participação em debates públicos com a comunidade
 - Espaços informais de educação
4. **MEC:** Produção e distribuição de materiais didáticos, criando em parceria e selecionando submissões (deliberando e aprovando submissões de materiais e metodologias didáticas da sociedade civil organizada), integrando-as nos canais relevantes (e.g. plataforma AVAMEC)
5. **Promoção do uso de tecnologias em sala de aula**, fazendo uso de aplicativos e outras ferramentas digitais para ensino dinâmico. Por exemplo:
- Games and Politics
 - Monitorando a Cidade
 - Quero na Escola

6. **Promover pilotos e grupos de controle para avaliar** a efetividade de metodologias em escolas, com foco na avaliação e monitoramento em parceria com a sociedade:
 - Cidadãos Auditores (Auditorias Cívicas)
 - Canais de jornalismo
 - Instituições de pesquisa (e.g. Instituto Sívís)
 - **Proposta da Rede:** promover um reconhecimento de boas práticas e contribuições da sociedade civil organizada para a educação formal através de um programa (selo ou prêmio) de educação para a cidadania
7. **Guia digital do Plano Nacional** do Livro e do Material Didático (PNLD)
 - Criar categoria de “Cidadania”
 - Avaliar e adicionar materiais didáticos já aprovados como recursos didáticos por entidades governamentais (e.g. Coleção em Miúdos)

Estratégia #3: Formação de Professores para a educação cidadã

Atualizar e fortalecer a formação de professores do ensino básico com o objetivo de centralizar a responsabilidade de ensinar a cidadania com o objetivo de preparar alunos para a convivência democrática na sociedade, conectando sua formação à comunidade em que atua.

Professores são os primeiros a serem formados; estes então repassam conhecimentos para os estudantes e corpo escolar; os estudantes então multiplicam seus conhecimentos em suas comunidades e núcleos familiares; professores e universidades podem contar com o apoio da sociedade civil para materializar a educação cidadã territorializada. A formação de professores, então, se mostra como um pilar da educação para a cidadania - entendendo-se como cidadãos e como formadores de cidadãos. Sua formação consiste não apenas em sua própria educação básica, mas no ensino superior e na formação continuada, através da qual continuam a aprender e atualizar seus conhecimentos e estratégias de ensino.

Neste tema, o primeiro passo consiste em uma análise de onde nesta jornada o trabalho feito pelo terceiro setor pode auxiliar o professor - aliviando sua carga de produção, acelerando seu aprendizado, diversificando perspectivas, e fortalecendo sua competência para facilitar o debate em sala de aula. Do outro lado da moeda, deve-se entender o papel de instituições governamentais nesta jornada de aprendizado - e como esta pode ser otimizada, para melhor, maior, ou menor atuação, abrindo espaço para melhor aproveitamento da expertise do terceiro setor através de parcerias e a integração de metodologias e materiais didáticos.

Recomendações específicas

1. **MEC:** Revisar a formação inicial de professores a fim de melhor adequá-la às necessidades e tendências (futuro) da educação no Brasil, com implementação de projetos nas graduações de pedagogia/licenciatura (existe?)
 - Está bem amplo - não tem nada específico para alterar
 - O tema já aparece nas competências gerais da BNCC - a ABNC/forma-

ção continuada de professores contempla (BNC Formação) a formação cidadã

- [Profissão Docente](#)

- **Programa Escola Cidadã**

1. Instruções para como as universidades devem operar; estratégias de operacionalizar essa lei
2. Voltar a BNCC: como estão construídos os termos de cidadania? Como isso se desdobrou para o curriculum dos estados? Talvez pegar um estado de cada região e identificar como implementou; comparar com como a proposta dialoga com o que existe
3. Reforçando o que já temos: Refletindo sobre onde podemos sugerir melhorias para executar as normativas vigentes. Trabalhando com o que já temos, geramos coerência e engajamento no tema
4. BNC Formação (2019). ainda está sendo desenvolvido, mas seu cerne, cada instituição cria seu currículo. A Educação cidadã pode ser transversal, mas com o aumento da carga horária (BNC Formação) de outras disciplinas a educação transversal perdeu espaço
5. Uma preocupação inicial são os cursos de pedagogia, que são em sua maioria crescente on-line, e muitos não tem nota mínima para aprovação
6. **Formação Inicial:** Responsabilidade de faculdades - gozam de autonomia por responder apenas ao MEC; oportunizando a inovação
7. **Curricularização da Extensão:** normalizar atividades de fora da sala de aula para professores trabalharem o vínculo de forma consistente. Essa uma grande oportunidade de trabalhar as estratégias de cidadania. A educação para a cidadania pode oferecer um suporte técnico para as faculdades, pois todos os cursos serão obrigatórios.

Professores só fazem o acompanhamento da extensão *Solução operacional: todas as escolas têm “ensino”, “pesquisa” e “extensão” (levar o ensino da faculdade para a comunidade). Ter alguma coisa que co-*

necte o trabalho da universidade com a comunidade. Agora tem carga horária obrigatória a partir da curricularização - efetivando-a. Essa seria a maior oportunidade de trabalhar as estratégias de cidadania. A educação para a cidadania pode oferecer um suporte técnico para as faculdades, pois todos os cursos serão obrigatórios. Professores só fazem o acompanhamento da extensão.

- **Todas as escolas têm “ensino”, “pesquisa” e “extensão”** (que visa levar o ensino da faculdade para a comunidade), requerendo alguma coisa que conecte o trabalho da universidade com a comunidade. Com a carga horária obrigatória a partir da curricularização - efetivando-a
- **Monitorar (como estágio):** ficha assinada (depoimento, vídeo documental, etc., um registro, análise, registrando a aprendizagem) e relatório do estágio.

8. Secretarias municipais e estaduais: Desenvolver fluxos de formação continuada para professores estudarem no tempo livre *na escola* de forma estruturada, contribuindo para o progresso de sua qualificação com divisão de para o progresso de sua qualificação com divisão de horas para formação. Esta proposta traz para secretarias componentes que dialogam com o que elas memsma precisam: aulas, recursos, materiais, potenciais parceiros, entidades que criam mateirais que ajudariam a criar materiais e currículo, etc.

- Aproveitar o final do ano, em que estão fechando o calendário formativo, para promover a inserção da educação cidadã na agenda - no calendário normal ou através de pontos facultativos (formações adicionais).
- As pautas transversais entram nas matérias complementares, dependendo da agenda regular, e podem integrar a saúde, o meio ambiente, entre outros temas pertinentes ao convívio em sociedade em formações voltadas para a cidadania.
- Aproveitar da expertise de organizações da sociedade civil como formadores externos para professores

9. **Governos estaduais:** Desenvolver certificados de formação em educação cidadã como meio de pontuação para aumentar a remuneração professores através de pontos facultativos ao completar formações de educação para a cidadania. Nas redes públicas, a formação continuada pode apresentar uma certificação de uma jornada feita pelos professores - uma jornada anual de 30 horas em um tema. Ai esse programa entra na evolução funcional na carreira desses professores. Instituto Auschwitz e Instituto Palavra Aberta hoje fazem fazendo boa formação continuada.

10. **Operacionalização da:**

- BNC Formação
- BNCC
- **Como fazemos:**
 - Colaboração com a sociedade civil
 - Educação Territorial
 - Aluno enxergar o professor como cidadão
 - Capacitação do professor como guardião da Ética Suprapartidária
 - Professor enxergar aluno como cidadão, não meros alunos
 - A educação cidadã tem como foco educar para valores (além da decoreba)
 - Toda a produção curricular tem que ser participativa e colaborativa e criativa.



É preciso **criar**
incentivos
positivos
para a
formação dos
professores.

Estratégia #4: Monitoramento e Avaliação de metas de formação cidadã

Incluir a formação cidadã como uma meta central de objetivos da educação básica, refletida em indicadores para amplo acompanhamento de sua presença, eficiência e impacto de acordo com seu papel de prioridade nacional.

O monitoramento e avaliação são aspectos essenciais para o acompanhamento da presença, qualidade, e consistência da educação para a cidadania em todo o Brasil. Dados de acompanhamento viabilizam o melhor entendimento das carências e oportunidades relacionadas à educação cidadã no Brasil. Onde encontra-se uma ausência de educação para a cidadania? Onde os alunos estão mais engajados? Onde faltam recursos, materiais ou atualização metodológica? Estas são perguntas essenciais para o contínuo melhoramento da formação cidadã no Brasil, e que devem continuar sendo repetidas.

1. **MEC:** responsabilidade de integrar o monitoramento da eficiência e impacto da educação cidadã em seus instrumentos (e.g. ENEM, PNE)
2. **MEC:** Realizar um levantamento de indicadores nacionais e internacionais que trabalhem a educação cidadã para inserção em instrumentos de monitoramento de resultados
 - Destaque a identificação de indicadores micro e macro para **inserção no PNE**
 - Fazer uso de indicadores demográficos e eleitorais para avaliar o envolvimento e efetividade da educação cidadã nas escolas
 - **Recomendação da Rede:** A sociedade civil, a Rede Nacional de Educação Cidadã, poderiam realizar este levantamento
3. **Governo Federal:** manter participação do Brasil em estudos nacionais e internacionais que desenvolvem, avaliam e implementam a educação cidadã. Aproveitando-se de indicadores estabelecidos e entregues, integrando-os ao trabalho de monitoramento cotidiano do governo através de instrumentos como o Plano Nacional de Educação PNE.

- **ICCS: Estudo Internacional de Educação Cívica e Cidadania:**
 - Centro de Estudos de Opinião Pública (Unicamp)
 - [Índice De Democracia Local: Estudos A Partir Da Experiência De São Paulo \(2021\)](#)
 - *Estabelecido a partir de indicadores de referência em outros índices (DD, Polity IV, Freedom House) assim como indicadores inéditos, permitindo uma avaliação mais nuançada e regionalizada. Além do olhar para o Processo Eleitoral, a métrica mais comum entre índices democráticos, o IDL destaca-se pelo olhar atento à Cultura Democrática, além das instituições democráticas formais. A visão subnacional (presente no IDL mas não em outros índices), com o olhar para o funcionamento do governo local, enriquece o entendimento do exercício democrático no dia-a-dia. Mede-se: Processo Eleitoral, Liberdades e Direitos, Funcionamento do Governo Local, Participação Política.*
- 4. MEC:** Utilizar indicadores para acompanhar a qualidade, comunicar progresso e desafios para o público geral, e identificar pontos de melhora para refinar educação cidadã no Brasil de forma constante, intencional e estratégica, construindo uma cultura democrática diversa e compartilhada em nível nacional.

Conclusão

O cultivo da confiança no Brasil - uns nos outros, em nossas instituições, e em nós mesmos como agentes de mudança e animais políticos - se mostra essencial para qualquer reforma significativa no cenário democrático nacional. Apenas juntos - em rede, colaborando e em constante diálogo acima de divisões e linhas partidárias - podemos construir essa realidade compartilhada para debater e elaborar soluções conjuntas para os maiores desafios do nosso século. Já temos muito o que endereçar como sociedade, e esta lista se alonga ao contar os atrasos oriundos de divisões ideológicas, colonialistas e conflitos internos que nos previnem de organizar-nos como sociedade civil.

Em suma, apenas quando deixarmos de ver uns aos outros como “outros”, como inimigos e oponentes, e sim confiar uns nos outros como cidadãos de um mesmo país - vizinhos, amigos, familiares e companheiros - poderemos enfrentar nossos desafios comuns. A emergência climática, a polarização do debate público, o crescimento da violência em todos os níveis administrativos, e o aprofundamento de desigualdades socioeconômicas no Brasil não vão esperar por nós - não podemos nos delongar. Precisamos nos organizar em torno de uma estratégia comum, unir forças e expertises, reconhecer nossas responsabilidades não apenas com nossas instituições mas uns com os outros.

Hoje podemos ver a democracia como caminho para a realização de um Brasil diverso, inclusivo, sustentável e equitativo. A Educação Cidadã enquadra-se como um pilar fundamental para o sustento e crescimento de uma cultura democrática compartilhada no Brasil, e portanto deve protagonizar políticas públicas fundamentando a construção de uma cultura democrática nacional. Juntos, podemos assumir este desafio hercúleo, e construir mais longo do que qualquer personalidade: uma revolução de idéias.

Neste documento, sugerimos um ponto de início a partir do qual podemos construir uma base forte para fundamentar nossos esforços e significativamente, verdadeiramente construir novas formas de fazer política no Brasil - e assim, finalmente realizar a promessa não cumprida da democracia.

Anexos

Anexo I: Sobre o Conselho Consultivo Para a Educação Democrática (CCED)

O encontro do Conselho Consultivo para a Educação Democrática visou formar uma base plural para a co-construção de propostas, recomendações e demandas para a universalização da educação para a cidadania no Brasil. Ocorrido em 23 de Setembro de 2024 na FGV em São Paulo, após o Encontro Nacional de Educação Cidadã 2023 (ENEC23), o CCED reuniu uma coalizão de atores da sociedade civil organizada que atuam na educação cidadã, de política brasileira a direitos humanos, experts da educação e educação política, representantes eleitos que atuam com a pauta, atores governamentais responsáveis pela educação pública, e membros da sociedade civil com interesses vestidos na pauta (professores, estudantes universitários, e partidários da universalização da educação cidadã).

Juntos, os participantes discutiram e propuseram recomendações para o fortalecimento da educação cidadã, de metodologias ao fortalecimento de políticas públicas atuais, visando a transformação do cenário descrito neste documento - instituições desgastadas, uma sociedade civil polarizada e dividida, desigualdade socioeconômica, falta de representatividade, canais de informação desacreditados, e uma cultura cívica enfraquecida e mal-formada. A partir de palestras e sua expertise inédita, os participantes integraram grupos de discussão temáticas relacionadas aos vários aspectos da educação cidadã no ensino formal.

A partir destas discussões, foram destiladas propostas contemplando a atuação da sociedade civil organizada e do poder público, incluídas nestes anexos. As propostas apresentadas e aqui incluídas foram utilizadas como insumos para a redação desta publicação. O diálogo iniciado no CCED em 2023 continua até a data de publicação deste documento, e continuará a aprofundar a operacionalização destas propostas em diálogo intersetorial e colaborativo, visando a plena implementação destas estratégias para a renovação democrática através da ferramenta mais poderosa disponível para o ser humano: a educação.

Integrantes do CCED:

- Rede Nacional de Educação Cidadã (Organizador)
- Fundação Tide Setubal (Apoiador)
- People+Strategy (Colaborador)
- Instituto Sivilis (Palestrante)
- Educafro (Palestrante)
- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão, Ministério de Cidadania e Direitos Humanos (Palestrante)
- Instituto Singularidades (Palestrante)

Anexo II: Propostas do CCED

Características da Educação Cidadã

Nosso tema é o porquê de tudo, não é mesmo? As características da educação cidadã. E nosso grupo partiu de uma ideia de crescimento e de um caminho para essa educação cidadã, partindo de um sonho. Nada é possível sem um sonho primeiramente, não é mesmo? Portanto, nosso sonho é, parafraseando Martin Luther King: “O sonho é a matéria-prima das nossas realizações”. Nós partimos de um grande sonho, que é a busca pela inteireza do ser, a busca pela integridade desse indivíduo.

E nós partimos primeiramente desse indivíduo, desse autoconhecimento - só conhecemos o outro quando nos conhecemos, não é verdade? Conhecer a si mesmo. Então, um dos exercícios primordiais seria esse autoconhecimento desse indivíduo. A partir de como esse indivíduo se conhece, ele conhece esse outro, não é? Que é a prática (e aí vem o valor fundamental para nós) da alteridade, que é conhecer esse indivíduo na sua diferença. Portanto, aqui nós temos valores fundamentais que são: a construção da empatia, do afeto, do respeito e da compreensão. São valores fundamentais da cidadania, não é mesmo?

E depois disso, quando esse indivíduo parte de si mesmo, de conhecer a si mesmo, conhecer o outro, nós construímos uma relação de comunidade, construímos o senso de coletividade e assim nós partimos para uma prática da decolonidade, dessa desconstrução de padrões, dessa formação de juízo que é coletivo, vivências e experiências, essa troca de vivências e experiências e esse acolhimento do outro. E essa relação de comunidade, desse indivíduo, desse indivíduo com a si mesmo e com a comunidade, nós partimos de um senso que é para o mundo - um senso global, que são os direitos humanos, que é a relação desse indivíduo, dessa comunidade com a natureza.

E então nós partimos de relações fundamentais de cidadania. E que é a prática da política, nós entendemos que essa é a prática da política, que é a vida pública. Portanto, a partir desse caminho de primeiro conhecendo esse indivíduo, se conhecendo a si mesmo, conhecendo o outro na sua verdadeira essência, partindo

de uma construção de comunidade, e depois partindo de um senso coletivo, nós construímos valores essenciais do que é fazer cidadania - do que é ser um cidadão. É isso.

Tema 2: Educação Cidadã Nas Diretrizes Curriculares

A gente tá partindo da premissa que a educação cidadã ela já tá contemplada na BNCC, já aparece nos objetivos de aprendizagem, nas competências e quase todas as escolas excedem as demandas de educação cidadã, então essa é a nossa premissa. Talvez o problema tá na intencionalidade que isso acontece e no suporte que exige para isso, então a nossa primeira demanda aqui é que o MEC lidere o esforço de levantar as boas práticas, o que acontece nas escolas, desde o chão de escola até a relação entre SEDUC, né, do estado, as secretarias municipais, como é que é o financiamento, como é que é o relacionamento do terceiro setor, a gente acha que isso vai desbloquear algumas coisinhas:

A primeira, quando a gente fala de currículo, é entender o quê e como acontece. Então eu tô falando de educação cidadã no sexto ano no componente tal, no contexto de uma escola rural, o quê que significa isso pra esse professor? Então eu preciso identificar como isso acontece.

Segundo, e aí isso numa perspectiva transversal de currículo: o MEC ia ter insumos para incidir na formação inicial dos professores, lá na graduação. Primeiro pra tirar a carga enorme de formação continuada que os nossos professores têm mas também para ajudar esse campo a definir o quê que ele vai passar depois que o professor já tá dentro de uma rede atuando e quer trabalhar nesse tema considerando o currículo do seu ambiente. Isso é importante.

Terceiro: a gente entende que com essas informações o MEC também poderia liderar os esforços da produção de material didático, que na realidade o PRASE diz que não têm muitos recursos. E aí seja o PNLD, que é o que a gente conhece, ou um guia mínimo que também faça essa justa-medida de respeitar o contexto local mas também não deixar o professor sozinho quando chega aquela demanda da secretaria de que tem que ensinar o componente.

E a gente entende que com esses componentes a gente também consegue avançar num ponto que é: o quê que acontece na vida escolar que tem total relação com a educação cidadã? Então como é que eu suporto os grêmios, o con-

selho, como é que se incide no projeto político-pedagógico das escolas, como é que eu falo de financiamento, como é que eu falo da governança de todo esse processo, inclusive como é que eu permito com que um terceiro setor organizado, nós, possamos incidir da melhor forma nessas pautas?

Tema 3: Formação de Professores Para a Educação Cidadã

Sou do grupo de formação de professores e a gente pensou num tripé para a formação, não é? Por quê? A gente pensou na formação inicial, que são as pessoas que estão na pedagogia, na licenciatura, e para essas pessoas a gente pensou na curricularização da extensão voltada para a educação cidadã com a comunidade. Que é muito importante. A comunidade foi citada aqui, então não basta só essa pessoa que está na pedagogia, na licenciatura, estar dentro da universidade, mas aprender a ter vivência com a comunidade.

O segundo ponto é a formação continuada, ou seja: o professor que já está formado precisa ter uma carga horária ali que é para ele continuar estudando, fazendo a sua atualização. E para a gente, formação é trabalho, então dentro dessa carga horária, nesse momento, ele tem que ter o período para a formação em educação cidadã, com uma gestão democrática nas escolas junto aos grêmios e integração com a comunidade.

E para essa ação a gente visou o terceiro setor, as escolas estaduais de formação, escolas de parlamento e universidades que terão “know-how” para fazer essa formação continuada dos professores. E por fim, a gente pensou na formação de educadores populares. E para essa formação a gente pensou que ela deveria ser feita pelo terceiro setor. Por quê? Porque o terceiro setor já tem o “know-how” desse tipo de formação, e aqui cito: a Politize, a Educafro, a KAS, enfim, uma série de outras instituições que já têm essa vivência e essa experiência para fazer essa formação, então a gente precisaria de um incentivo e um fomento ao terceiro setor para que seja feita essa formação de educadores populares.

E na questão transversal, que abarcaria todas, seria a homologia dos processos, metodologia ativa, vivências e cases. É isso.

Tema 4: Metodologias Para a Educação Cidadã

Meu nome é Caio, representando o grupo aqui de metodologias de processos que são de ensino-aprendizagem, portanto a gente tá falando de abordagens pedagógicas, tá?

Então, primeira coisa, a gente olhou o “quê”: o quê que a gente identifica como necessário do ponto de vista de abordagens pedagógicas como “melhores práticas”, a gente não tá falando que vai dar certo sempre, mas o quê que da nossa experiência a gente tem de melhores práticas.

Primeira coisa: metodologias ativas, colaborativas e autorais. Alguns exemplos aqui, por exemplo: os trabalhos colaborativos autorais na cidade de São Paulo é um bom exemplo, Rafa conhece muito bem (se eu ficar fazendo conexão com as pessoas da platéia não vai ter como, com certeza).

Protagonismo diverso é segundo aspecto, então a gente precisa trabalhar a conexão com o “eu”, com o senso de pertencimento à coletividade. Um exemplo: a Escola Comum, que a gente tem aqui na cidade de São Paulo também.

E o terceiro aspecto que a gente identifica como fundamental é: conexão com território. E a ideia aqui que a gente tem desafios que sejam desafios comunitários que possam ser trabalhados nas escolas a partir da educação cidadã.

Quais são os princípios que a gente tem de trabalho aqui? Acessibilidade e adaptabilidade, que a gente quer que a educação cidadã chegue a todos os estudantes do Brasil, todos os adolescentes e jovens.

Como fazer isso? Nos espaços de aprendizagem a gente precisa apoiar os educadores pra que façam uma multi-decodificação, ou seja: aproveitar os saberes, as especificidades de cada estudante e fazer uma customização das possibilidades pedagógicas aqui. E no aspecto sistêmico a gente tem: articular a educação não-formal com o turno regular, isso é importante porque nem todo estudante consegue estar no contraturno, por exemplo, na escola, isso é pensar a equidade desse acesso. Combinar também síncrono e assíncrono, também por conta do tempo dos estudantes, preparar os professores e trabalhar sempre com recursos educacionais abertos que possam ser aproveitados pelos educadores.

Para finalizar aqui: como que a gente faz isso “pegado”, né? Primeiro a gente tem que olhar para tecnologia técnica, digamos assim, além do desafio da nossa conectividade a gente pode explorar as redes sociais, explorar também conexão

com aplicativos cívicos como é o caso do Monitorando a Cidade, como é o caso do Quero na Escola, então juntar a base de dados e também aproveitar aqui softwares que sejam abertos para que escolas e redes de ensino possam adaptar mesmo conteúdo, adaptar o quê que é oferecido nas escolas.

Segundo ponto: Tecnologias sociais, e aqui a gente ressaltar duas tecnologias sociais: num lado a gente tem a perspectiva de ter editais abertos de inovação em educação cidadã. E por fim: selos que sejam selos de reconhecimento das escolas e das redes que estão fazendo. É isso.

Tema 5: Educação Cidadã Extraclasse

Primeiro que a gente já tava num grupo que as várias contribuições ali já fazem, já tem na sua prática, várias instituições que já tem na sua prática o extraclasse, então já trabalha com a educação cidadã ali na sua questão extraclasse. E como o Bruno mencionou aqui agora, a educação cidadã ela já está prevista na BNCC, e eu acho que as várias instituições desse grupo já desempenham, já desenvolvem as competências e habilidades já previstas na BNCC.

Bom, mas vamos ao que viemos: Então o quê que a gente pensou? Pensamos aqui o nosso “Como fazer a educação cidadã no extraclasse”, então como: fomentando e criando instâncias formais e informais. Formais que estão previstas na legislação já, então o nosso feijão com arroz. Os conselhos, grêmios, APMs... E informais, que seria a nossa banoffee. Então ir pra algo um pouco além do que já está na questão normativa. Onde? Na gestão escolar e na comunidade. Como já mencionado também aqui, acho que foi o Caio que falou, a conexão com o território então a escola não é algo a parte, ela está inserida em um território então temos de respeitar essa comunidade. E como que a gente pensa em fazer isso? Primeiro: para participar eu tenho que conhecer os meus direitos, então fazendo com que os estudantes reconheçam os seus direitos e deveres. Depois trabalhar fortemente, claro, com a formação de gestores e professores. Então a gente entende que tem, até a Claudia mencionou aqui, esse choque de gerações. Então os adultos e os estudantes possam ali dialogar em conjunto, porque a gente percebe também essa questão da certa resistência, da participação dos estudantes dentro da sala de aula na gestão das escolas.

Então de forma a promover essa cultura democrática, e é algo que leva muito tempo. A gente sabe que não é do dia pra noite, é uma mudança de cultura mesmo, uma mudança de paradigma. Também prevendo projetos de transformação

na comunidade então, de novo a escola está inserida num território e é essencial que essa comunidade também participe, porquê da comunidade quem faz parte: pais responsáveis que precisam entender que os seus estudantes, os seus tutelados estão participando na escola, então eles também participam e trazendo os estudantes como multiplicadores, ou seja, formadores dos seus próprios pares.

E a gente pensou um pouquinho do que precisa, então as tais metodologias ativas, colaborativas que a maioria já trabalha aqui nessa sala. Os materiais: então a gente comentou aí no grupo, Coleção em Miúdos, Beabá, Politize. E recursos então onde? em que momento? quais espaços? Que pessoas a gente precisa? A gente precisa de recursos, parceiros para implementar esta iniciativa.

Tema 6: Implementando Uma Educação Cidadã

O nosso grupo de implementação fez uma grande discussão sobre o que é implementação e o quê que é necessário pra uma boa implementação. A conclusão que a gente chegou é que para que uma boa implementação aconteça tenha o pós da implementação, o antes da implementação. Então a gente dividiu a nossa proposta no antes e no depois, no antes da implementação a gente entendeu que é essencial pactuar o quê que é uma educação cidadã, então pactuar quais os conceitos e os princípios que norteiam o quê que a gente tá trabalhando. Segundo: a gente referenciar como foi trazido na fala anterior, a gente não tá fazendo nada novo, o que a gente tá fazendo é indo atrás dos nossos direitos que já estão garantidos na constituição.

Tendo isso pactuado e referenciado a gente precisa efetivamente mapear os principais atores-chaves e os principais locais e iniciativas pra gente conseguir articular tanto no antes quanto durante a implementação, tendo tudo isso mapeado a gente precisa dialogar e identificar com quem vai implementar: com gestores, com as escolas quando a gente tiver falando especificamente da secretaria de educação, mas a gente precisa dialogar e entender quais são as reais demandas pra, entendendo as reais demandas, sensibilizar e convencer todos os atores relevantes, e aí aqui a gente tá falando de sociedade civil, a gente tá falando de gestores, a gente tá falando de professores, a gente tá falando de todo mundo inclusive empresas.

Tendo dialogado e sensibilizado as pessoas, a gente consegue, com base nas reais demandas, elaborar propostas programáticas legislativas pra que então isso seja aprovado. Tudo isso acontece antes da implementação pra que uma boa im-

plementação seja feita, tendo isso aprovado e formalizado a gente efetivamente entra na implementação, pra implementação a gente precisa definir quais são as responsabilidades de cada um dos atores que vai implementar mas não só que vai implementar: também vai monitorar o que vai tar acontecendo, e aí a gente tem a sociedade civil que tem o papel essencial de monitoramento.

Feito a definição dos atores a gente define o plano estratégico, a gente aqui sabe que a gente não consegue chegar em algum lugar se a gente não tem um plano definido, a gente tem que saber onde, a gente tem que saber quando, a gente tem que saber o que a gente vai fazer.

E por fim mas não menos importante é essencial que a gente tenha um amplo monitoramento da implementação, não existe implementação de nenhuma política pública e de absolutamente nada se a gente não tá monitorando constantemente e fazendo ajuste de rota, porque o que a gente planeja vai dar errado mas se a gente não tiver monitorando e vendo que tá dando errado, fazendo os ajustes de rotas entendendo que a gente pode fazer os ajustes de rota e todo mundo, toda a sociedade pactuando, entendendo que isso é importante, a gente não vai conseguir implementar absolutamente nada, principalmente nessa temática tão importante. Muitíssimo obrigado.

Tema 7: Avaliação e Monitoramento da Educação Cidadã

A gente começa do mesmo problema que o grupo de implementação começou: pensar indicadores do que é educação cívica e do que a gente espera como efeito da educação cívica implica um pouco em definir o que é educação cívica, e aí, fazendo esse pequeno parêntesis, talvez alguns indicadores possam ser melhor afinados a partir do momento que a gente compreende exatamente sobre o que a gente tá falando e quais efeitos a gente espera. Isso dito, a gente pensou em três dimensões de avaliação: Uma dimensão macro relacionada a indicadores gerais da sociedade, um grupo de indicadores intermediários que têm a ver com diagnósticos relacionados a ações de políticas, tanto governamentais quanto não-governamentais, a incidência dessas políticas dentro da escola e um terceiro grupo de indicadores que eu vou chamar de “micro” (por minha conta e risco) que seriam indicadores dos resultados especificamente das intervenções que estão sendo propostas.

Então dentro do grupo de indicadores macro a gente pensou em características relacionadas ao que seria esse conceito, o que se espera, o que o aluno ou o sujeito que recebe a intervenção saia de lá, e aí a gente tá pensando a partir de uma ideia mais geral que isso afetaria desigualdades, que isso afetaria participação política, que isso afetaria (mas pensando aqui o conjunto) de um lado a co-relação, uma relação causal entre variáveis, a gente poderia fazer um acompanhamento por exemplo: de alistamento eleitoral, grau de abstenção e outros indicadores de desigualdade sistemáticos pra pensar se esses indicadores melhoram ou pioram [...].

No grupo de indicadores intermediários a gente tá pensando em diagnósticos: quantas escolas têm no seu currículo a palavra “educação cidadã”, por exemplo? No grupo de indicadores micro a gente tá pensando no longo prazo acompanhamento do tipo painel, então a gente faz um grupo amostral, pensa dentro desse grupo amostral, sofreu intervenção com algum grupo de controle e vai acompanhando esses sujeitos ao longo do tempo porque uma coisa é sair da intervenção super empolgado e outra coisa é como essa intervenção afeta esse sujeito daqui a cinco anos, e isso poderia ser feito por meio de uma série de controles antes e depois da aplicação dos questionários.

Por fim a gente propõe a criação do conselho que também dialogue com o que o pessoal da implementação tava falando que vai apontar indicadores e metas para educação cidadã.

Anexo III: Recursos do terceiro setor disponíveis

Recursos para educadores, gestores e órgãos de implementação e monitoramento		
Título do Recurso	Organização Autora	Aplicabilidade do Recurso
Coleção em Miúdos (livros impressos e e-book)	Madu Macedo/ Senado Federal / ABEL / Câmara Pouso Alegre	Publicações dinâmicas e visuais que visam ampliar o acesso das crianças e adolescentes ao conhecimento e entendimento de leis Brasileiras como a Constituição Federal e outras leis fundamentais. Versões digitais da coleção estão disponíveis gratuitamente em vários canais: • Constituição em Miúdos (2023) • Cartilha de Atividades da Constituição Federal em Miúdos (2022) • Lei Maria da Penha em Miúdos (2021) • Constituição em Miúdos II (2022) • Estatuto da Igualdade Racial em Miúdos (2022) • Estatuto da Criança e do Adolescente (2023) • Código de Defesa do Consumidor em Miúdos (2023) • Os livros estão disponíveis gratuitamente para download ou cópias impressas podem ser requisitados a custo de impressão através da Livraria do Senado Federal. Por exemplo, o Estatuto da Igualdade Racial em Miúdos está disponível por R\$4,00.

Estudo da Coleção em Miúdos	<i>Escola do Legislativo de Pouso Alegre (MG)</i>	Atividades desenvolvidas a partir da Constituição em Miúdos: • Amarelinha do Saber: atividade educativa com alunos do 4º ano do Fundamental I (alunos de 8 a 10 anos) que introduz o estudo da Constituição Federal. • Gincana do Saber: competição de conhecimento sobre a Constituição Federal numa disputa divertida onde uma escola concorre com outra e todas ganham muito conhecimento. Público-alvo: Fazemos uma Gincana específica para cada uma das séries: alunos do 4º ano do Fundamental I (alunos de 8 a 10 anos); 8º ano do Fundamental II (alunos de 13 a 15 anos); alunos do Ensino Médio (15 a 18 anos) e Universitários. https://www.instagram.com/reel/CjaarGpr93H/?igshid=MzRIODBiNWFIZA== https://www.instagram.com/reel/CuZh05ys6xe/?igshid=MzRIODBiNWFIZA==https://youtu.be/eVwJe-QNNmHM?si=1LWCL6Yv2o_2QxDt • Sementes do Amanhã: Vídeo aulas que auxiliam o professor a aplicar o conteúdo do livro Constituição em Miúdos I junto aos alunos do 4º ano. O projeto nasceu após a pandemia quando identificamos que os alunos desta série enfrentavam dificuldades com a alfabetização devido os dois anos que passaram afastados das aulas. Produzimos os vídeos com ilustrações e recursos visuais que atraíam a atenção do aluno. A linguagem adotada é mais informal e arrojada tentando criar um laço entre a criança e o conteúdo do material. Cada um Vídeo (nominado como Encontro 1, 2, etc) corresponde a um capítulo do livro. E desenvolvemos ainda um caderno com sugestões de atividade para oferecer mais um recurso lúdico só professor. Cada atividade corresponde também a um vídeo, formando assim um conteúdo multimídia completo para o aluno que estuda esse material durante um ano letivo completo. • Projetos Pedagógicos Específicos para cada ano letivo: Público-alvo: Todos os estudantes do Ensino Fundamental II da Rede Pública Municipal de Pouso Alegre (alunos de 10 anos a 15 anos). Estudo de leis específicas, como Estatuto da Igualdade Racial e Lei Maria da Penha. https://youtu.be/xcrNe_J5w_8?feature=shared https://www.instagram.com/reel/Cu41b-CPrwkV/?igshid=MzRIODBiNWFIZA==
--	--	--

Vídeos “Sementes do Amanhã”	<i>Emanuela Barretto / Madu Macedo / Câmara de Pouso Alegre</i>	Constituído de vídeo aulas para o professor aplicar o conteúdo do livro Constituição em Miúdos I junto aos alunos do 4º ano. O projeto nasceu após a pandemia quando identificamos que os alunos desta série enfrentavam dificuldades com a alfabetização devido os dois anos que passaram afastados das aulas. Produzimos vídeos com ilustrações e recursos visuais que atraíam a atenção do aluno. A linguagem adotada é mais informal e arrojada tentando criar um laço entre a criança e o conteúdo do material. Cada um Vídeo (nominado como Encontro 1, 2, etc) corresponde a um capítulo do livro. E desenvolvemos ainda um Caderno com Sugestões de Atividade para oferecer mais um recurso lúdico ao professor. Cada atividade corresponde também a um vídeo, formando assim um conteúdo multimídia completo para o aluno que estuda esse material durante um ano letivo. Link para Vídeos: (para vídeos em alta, basta nos solicitar) https://youtube.com/playlist?list=PLcWgFvLbmopqTbldoWr136DPqyxPAQBLG&si=s7P-pYXoUondhFfH
Linhas do Tempo	<i>Porvir Instituto FHC</i>	https://fundacaofhc.org.br/linhasdotempo/ Materiais Paradidáticos Os roteiros pedagógicos são destinados para uso no Ensino Médio e se baseiam na metodologia de Aprendizagem Baseada em Projetos (PBL), abordagem educacional que envolve os alunos em projetos significativos nos quais eles podem aplicar o conhecimento e as habilidades adquiridas de forma prática e contextualizada.
Programa Virtuar	<i>Instituto Sívís</i>	Programa de formação cidadã para o ensino básico, focado em valores democráticos e virtudes cívicas. Material didático, formação de pais e responsáveis, professores, avaliações, plataforma online.

Índice de Percepção de Corrupção 2023	<i>Transparência Internacional</i>	https://transparenciainternacional.org.br/ipc/ O Índice de Percepção da Corrupção é o principal indicador de corrupção do mundo. Produzido pela Transparência Internacional desde 1995, ele avalia 180 países e territórios e atribui notas em uma escala entre 0 e 100. Quanto maior a nota, maior é a percepção de integridade do país. O IPC de 2023 destaca como o enfraquecimento dos sistemas de justiça reduz a capacidade estatal de enfrentar e prevenir corrupção, além de aumentar os riscos de abuso de poder e de impunidade. A partir do índice, o Brasil (posicionado em 36 de 180 no ranking) pode ser analisado em comparação a outros países a partir do índice, indicando onde pode-se buscar boas práticas e lições aprendidas no cultivo de uma cultura democrática.
--	---	--

